

# 19º Exame de Ordem - 2ª fase - 2002

## Direito Trabalhista

1. Luiz Toro Bagga foi admitido em 08/10/1999 na empresa Solarium Produções Ltda. Eleito Presidente do sindicato que representa a categoria profissional predominante dos empregados de seu empregador em 10/06/2002, cumpre mandato até 2004, conforme estabelecido no Estatuto da entidade sindical.

Recebe desde novembro de 2001, o salário mensal de R\$ 3.000,00, acrescido de diárias de viagem em valor correspondente a 63% do seu salário.

A empresa que já não vinha pagando o adicional de insalubridade devido em grau médio, não concedeu e nem pagou as férias de todos os seus empregados, sem exceção, dos últimos cinco anos.

Em 09/10/2002 Luiz Toro Bagga foi demitido sem justa causa, ignorando o empregador imunidade do referido empregado.

Não resta dúvida que o real fato gerador da dispensa de Luiz foi a sua eleição para o cargo na direção sindical, que culminou com as denúncias de irregularidades praticadas pela empresa perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

Após a sua dispensa, Luiz Bagga enviou ao seu empregador correspondência solicitando, sem êxito, a sua imediata reintegração e a regularização da situação contratual de todos os seus colegas de trabalho.

Em reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho, como resultante de requerimento do sindicato profissional, a empresa alegou que o despedimento de Luiz ocorrera como consequência de sua militância sindical e que não tinha proposta de acordo porque, entre diversos motivos, estava atravessando sérias dificuldades econômico-financeiras. Sem condições de dispor de qualquer importância para pagar o que deve aos empregados, inclusive as férias já vencidas e as parcelas resilitórias do contrato de trabalho de Toro Bagga, requereu a empresa que todos aguardassem por mais três meses a regularização pretendida. Aduziu ainda que as diárias não eram devidas ante o caráter não salarial da parcela e o adicional de insalubridade igualmente não é devido porque o trabalho é executado em caráter intermitente pelo empregado.

Assim, considerando os fatos narrados acima e na qualidade de advogado de Luiz Toro Bagga articule e fundamente a peça processual correspondente a uma reclamação trabalhista em que seja declarada a nulidade na dispensa desse empregado e a consequência daí decorrente, bem como postulados os demais pedidos concernentes ao enunciado supra. Considere também o fato de o cliente ter solicitado uma medida processual de urgência que permita a efetividade imediata do pedido do dirigente sindical.

Advogado: LUIZ FELIPE IPANEMA

OAB/RJ nº 60.301

Endereço do Escritório do Advogado: Rua Brasil, 1500 - Rio de Janeiro/RJ

2. Ricardo Santos ajuizou uma reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador São Vicente Indústria e Comércio Ltda, postulando apenas equiparação salarial ao seu colega Haroldo Teixeira da Rocha, paradigma apontado na petição inicial pelo reclamante. O pedido se justifica porque Ricardo Santos ao longo de todo o seu contrato recebeu salário inferior ao do colega indicado, embora exercessem ambos idênticas funções, pois quando Ricardo foi admitido Haroldo foi, na mesma data, promovido. Em sua defesa a empresa suscitou que além do paradigma não ser mais empregado da São Vicente, inviabilizando a instrução probatória da ação, Haroldo Teixeira da Rocha havia sido admitido na empresa dois anos e

seis meses antes do reclamante.

Observando e indicando o ônus da prova das partes na reclamação trabalhista em exame, verifique a procedência da ação proposta pelo ex-empregado Ricardo Santos.

3. O empregado Cláudio Martins foi designado pela direção do sindicato profissional para ocupar o cargo de diretor de esporte da sede campestre, na ausência de um sindicalista eleito no pleito sindical para assumir essa função. Sendo a entidade sindical não representante dos empregados da empresa para a qual trabalha, Cláudio goza de estabilidade no emprego? Justifique fundamentando a resposta.

4. O que ocorre quando um menor de 17 anos de idade trabalha em serviço insalubre de grau médio? O contrato é nulo? Justifique fundamentadamente a resposta.

5. Alfred Smith, trabalhador brasileiro, foi contratado em Barcelona na Espanha, local em que fez todos os seus exames seletivos. Após a sua aprovação nos testes de seleção, o empregado iniciou imediatamente os seus serviços na filial brasileira de seu empregador, a Big Salada Ltda., na cidade do Rio de Janeiro. Demitido sem justa causa após seis anos de serviço para o mesmo empregador, o trabalhador propôs uma reclamação trabalhista em Porto Alegre, sua cidade natal e onde mantém atualmente seu domicílio. Considerando os fatos informados, pode o ex-empregador de Alfred Smith "excepcionar" a Justiça do Trabalho de Porto Alegre? Em que momento processual pode ser oposta essa exceção? Justifique fundamentando a resposta.

6. Luiz Ignácio de Freitas é empregado da empresa CPN Embusteiro Ltda. desde maio de 1985. A partir de 1990 acompanha regularmente, através dos extratos de seu FGTS, os depósitos recolhidos pelo empregador e acréscimos de juros e atualização monetária creditados pelo Governo Federal. Nos últimos dois anos verificou que a CNP (que antes só atrasava o depósito) passou a não mais efetuar esses recolhimentos. Procurando o empregador esse afirmou que a "culpa era da Caixa Econômica Federal que não vinha, aliás, como não vem, atualizando o extrato...". Não convencido com o que lhe foi dito pelo empregador, Luiz Ignácio resolveu procurar um escritório de advocacia, solicitando que este encontrasse uma medida judicial de urgência que obrigasse o seu empregador a demonstrar o regular e tempestivo recolhimento dos depósitos ao FGTS, cujos valores atualmente já ultrapassam a importância expressiva de setenta salários mínimos.

Que providência processual deve o advogado Leonardo Mendes adotar para atender ao pedido de seu cliente? Justifique fundamentando a resposta.

## Direito Tributário

1. A Defensoria Pública Geral do Estado, o Ministério Público do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil, todos sediados na avenida Marechal Câmara, Centro, Rio de Janeiro, constataram que em suas contas de telefone, vem embutido ICMS.

Marcelo Menezes Bustamante, José Muiños Piñeiro Filho e Octavio Gomes, representantes das referidas instituições acima, contratam V.Exa. para elaborar parecer a respeito da constitucionalidade e legalidade da mencionada tributação.

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

Advogado: RICARDO LOBO TORRES

Todas as respostas devem ser fundamentadas, mencionando inclusive o direito positivo.

2. A Receita Federal está apertando o cerco contra os sonegadores fiscais, conforme temos acompanhado no noticiário dos jornais.

José Consillum Fraudis, famoso banqueiro, residente na rua Fraudador, 171, no bairro Barra Pesada, no município de Volta Grande, faz a seguinte consulta: doutor, eu posso ser preso se deixar de pagar tributo devido?

Responda indicando, inclusive os fundamentos constitucional e legal.

3. A União no ano de 1986 concedeu isenção de tributos estaduais e municipais, sob condição e pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

A Empresa Magdala foi beneficiada pela norma de isenção.

O Gerente da empresa consulta-lhe, indagando se com o advento da CF/88 subsiste o incentivo fiscal?

4. Qual a consequência da inscrição na dívida ativa no que tange a prescrição e decadência?

5. Há concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público? Por que?

6. Empresa que se dedica ao ramo de compra e venda de imóveis lhe consulta indagando quais são as normas que disciplinam o imposto de transmissão inter vivos.

Responda indicando o fundamento legal.

## Direito Civil

1. Juliano tendo tomado ciência da ação em curso entre Michel e Leôncio, e se julgando ele o titular do bem, que apenas teria sido deixado em poder de Michel por falta de espaço para guardá-lo na residência dele Juliano, procura você, como advogado, postulando a adoção de medida judicial em relação ao processo das partes, para pleitear em favor dele, desde logo, o bem de que se considera titular.

Redija a peça processual cabível.

Advogado: Fernando Alves

OAB/RJ nº 1.000

2. Diferencie cláusulas gerais, conceitos jurídicos indeterminados e conceitos discricionários.

3. Disserte sobre os meios que conferem eficácia à proteção jurídica do consumidor.

4. Conceitue e estabeleça a diferença entre lesão, lesão enorme e lesão enormíssima e descreva a subsistência ou não destas no direito brasileiro.

5. Estabeleça fundamentadamente, se é viável ou não, o êxito judicial de pretensão da Companhia de Água e Esgoto de corte do fornecimento do serviço de água no caso de inadimplemento do consumidor.

6. Disserte sobre o instituto de posse de estado de filho e estabeleça a validade ou não deste no ordenamento jurídico brasileiro.

## Direito Penal

1. Em 1º de abril de 2002, a Autoridade Policial da 143ª D.P. autuou sumariamente José K., remetendo imediatamente os autos ao IV Juizado Especial Criminal.

Não obstante o autuado ser primário e de bons antecedentes, o representante do Ministério Público, após receber os autos do termo circunstanciado, oferece denúncia contra ele, como incurso nas penas do artigo 147 do Código Penal. De acordo com a inicial acusatória José K. teria, consciente e voluntariamente, ameaçado de morte o Sr. Antonio Silva, após violenta discussão.

Na audiência de instrução e julgamento, após a realização dos debates orais, o Juiz profere sentença condenatória, julgando procedente a pretensão punitiva.

Como advogado de José K., redija fundamentadamente o recurso cabível, e suas respectivas razões, impugnando a decisão condenatória, dando-se especial atenção aos direitos do recorrente que porventura não tenham sido respeitados durante a fase preliminar (pré-processual).

Advogado: Nelson Hungria

OAB/RJ nº 1000

2. Antonio, em razão de conduta culposa de José, sofreu lesões corporais graves. Antonio, em virtude dessas lesões foi obrigado a submeter-se a intervenção cirúrgica, a qual, além de deixá-lo incapacitado para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, determinaram, ainda, ficasse ele com uma perna menor do que a outra, condição facilmente constatável por qualquer pessoa. Qual a situação jurídico-penal de José?

3. Flávia, mulher solteira e de boa fama, vem a manter relações sexuais com seu namorado, em conseqüência do que nascem gêmeos. Flávia, não só escondeu a gravidez, como, também, procurou esconder o nascimento dos gêmeos. Entretanto, 2 (dois) dias após o parto, Flávia resolve abandonar um dos filhos, o qual, em razão do procedimento da mãe, vem a sofrer lesões corporais de natureza grave. Qual o crime cometido por Flávia?

4. Em reunião de condomínio, Afonso fez referências ofensivas à honra de Paulo, as quais foram registradas em ata. Paulo, passado 3 (três) meses, ao tomar conhecimento do que constava da ata, resolveu ingressar em Juízo com pedido de explicações em face de Afonso. Depois de várias tentativas para a notificação de Afonso, este, após 4 (quatro) meses do ajuizamento do pedido, acaba por ser notificado e, simplesmente, mantém-se inerte, não dando qualquer explicação. Ultimado o procedimento, Paulo ingressa em Juízo com queixa crime, imputando a Afonso a prática do delito de calúnia, difamação e injúria, sendo que, a final, o querelado foi condenado. Como advogado de Afonso, o que sustentaria no

recurso?

5. Walter, por ter sido condenado pela prática de roubo, foi recolhido ao cárcere, de onde, posteriormente, veio a evadir-se. Em blitz policial, Walter foi abordado e com o mesmo encontrada arma de fogo, sem registro e autorização de porte. Walter, para ocultar a sua condição de foragido da penitenciária, informa falsamente à autoridade policial sobre sua identidade. Quanto a esta última conduta, houve a prática de infração penal? Justifique.

6. Benevaldo, contando com 18 anos de idade, desempregado e conhecido estelionatário onde mora, em uma viagem para o interior do Estado de Minas Gerais conhece Petrócia, jovem de 13 anos, com quem começa a namorar, obtendo para tanto o consentimento dos pais da moça. Apresenta-se como próspero e rico empresário, sempre alardeando que havia herdado fábricas e fazendas de seu pai, fato que levantou interesse por parte dos familiares e até mesmo da jovem, que pretendia um bom casamento. Pressentindo que todos estavam acreditando no que era contado, deu a cartada final, quando então prometeu que iria casar-se com Petrócia, tendo, inclusive, comprado as alianças. Totalmente apaixonada, a jovem concorda em manter conjunção carnal com Benevaldo, ocorrendo o desvirginamento. Após conseguir o seu intento, Benevaldo deixa a cidade e nunca mais volta. Existe delito a ser punido?

## Direito Comercial

1. Umberto Navona, Antonino Médici e Martita Saenz são domiciliados no exterior, onde residem. Os dois primeiros são alfaiates italianos e a terceira é uma costureira espanhola. São exímios profissionais. Decidem abrir no Brasil uma confecção de roupas femininas, voltada a atender as mulheres dos grandes centros urbanos. Pensam em, no futuro, vir a morar no Brasil, assim que seu investimento começar a remunerá-los adequadamente. Consultado por eles três, por carta, você lhes sugere que devem tomar algumas providências, tais como decidir qual o tipo societário que querem adotar, deliberar sobre as regras que regerão a vida da sociedade e as relações entre os sócios, etc. Tendo recebido essa primeira resposta, os novos clientes lhes perguntam em seguida:

(a) Quais seriam, detalhadamente, os 3 (três) grandes grupos de providências iniciais que você lhes recomendaria, e por quê?

(b) Qual seria o tipo societário ideal para essa sociedade, e por qual razão?

(c) É cabível o tratamento fiscal privilegiado da microempresa, para tal sociedade? Por quê?

Advogado: Fernando Alves

OAB/RJ nº 1000

2. O art. 116 da atual lei das Sociedades por Ações determina que a figura do acionista controlador está muito ligada ao funcionamento dos órgãos internos da sociedade por ações. Daí alguns autores, como Fábio Konder Comparato em seu livro "O poder de controle na Sociedade por Ações", haverem caracterizado esse tipo de poder como interna corporis, ou seja, um poder que é exercido dentro do corpo da sociedade. Existem no Brasil outras leis, que buscam detectar e reduzir outras formas de controle econômico exercidas por determinados grupos, e que igualmente poderiam, se não adequadamente tratadas na legislação, acarretar graves prejuízos a certos indivíduos, ou a determinados grupos sociais. Discorra sobre alguma (basta uma) dessas leis, que visam à manutenção de condições de equitatividade e equilíbrio na economia e que proporcionam ao Estado meios de intervir na ordem econômica.

3. Em que consiste a operação de securitização de créditos imobiliários? Há lei que a discipline?

4. Mencione duas possíveis causas de dissolução total da sociedade empresária.

5. Discorra sobre o endosso nos títulos de crédito.

6. Há alguma regra legalmente estabelecida para apuração do valor de reembolso das ações detidas pelo acionista dissidente de deliberação assemblear, numa sociedade por ações aberta?

## Direito Administrativo

1. Dispositivo constante de redação originária de Constituição Estadual garante aos servidores públicos estaduais, nomeados para cargos efetivos em virtude de terem obtido uma das três primeiras colocações no respectivo concurso público, o direito a reajustes remuneratórios proporcionais ao aumento da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, garantindo-se-lhes, no mínimo, os percentuais concedidos, para cargos equivalentes, aos servidores federais. Exare parecer sobre a constitucional idade da supra-referida norma.

Advogado: Fernando Alves

OAB/RJ nº 1.000

*As questões que seguem, valendo 1 (um) ponto cada, devem ser respondidas objetivamente, com base na legislação aplicável e, eventualmente, na jurisprudência, dispensada transcrição de subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitado no caderno da prova, para permitir aferição de domínio por parte do examinando, com precisão e concisão vernaculares, do conhecimento do direito aplicável à área administrativa.*

RESPOSTAS OBJETIVAS, NO MÁXIMO EM 10 LINHAS.

2. Pode disposição de Lei Orgânica condicionar a celebração de convênio, consórcio, acordo ou contrato à aprovação da respectiva Câmara Municipal?

3. É possível a vinculação, em disposição de Constituição Estadual, de parcela orçamentária mínima para entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica?

4. É constitucional o instituto da readaptação de servidor público?

5. Lei ordinária federal pode criar novas modalidades de licitação para concessão de serviço público?

6. Para a criação de região metropolitana, é aceitável a exigência, inscrita em Constituição Estadual, de anuência dos respectivos Municípios?